



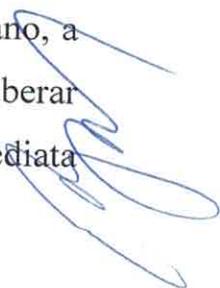
Ata da Reunião Ordinária
Horário de início: 14hs
Local: Auditório do 7ª andar do Paço Municipal
Data: 07/10/21

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas deu início a reunião do COMAM, com Teles diretor da SEURBS substituindo o Presidente Manara que precisou se ausentar. Teles cumprimenta a todos e inicia com a pauta e esclarece que a ata de 15 de julho foi enviada, porém a doutora Fernanda, da OAB, solicitou mais dez dias de prazo para fazer a análise. A aprovação dessa ata muito extensa, pois tratava da Lei Orgânica fica para a próxima plenária. Justifica a ausência de Elisabeth Bismark, da Secretaria da Saúde, e a Daniele Freiras, da Secretaria da Educação. Inicia com os informes e as solicitações realizadas pelos conselheiros. Primeiro a doutora Fernanda sugeriu um agendamento de reunião das câmaras técnicas e escolha dos coordenadores. Informa que a Marisa encaminhou e-mail para as câmaras técnicas, para se organizarem e escolherem os coordenadores e agendarem as reuniões. Com a palavra Andrea da Seurbs, que informa que faz parte da Câmara Técnica de Arborização Urbana e recebeu o e-mail da Marisa, secretária da Comam, mas ainda não houve nenhum agendamento da reunião dessa câmara, propõe que se faça isso nos próximos dias, para já fazer a primeira reunião e fazer a escolha do coordenador. Teles agradece a Andrea e pergunta se alguém quer se manifestar com relação à Câmara Técnica de Arborização Urbana. Com a palavra Lucaz Lacaz da Rede Agroflorestal que é repórter fotográfico e ambientalista e que estava verificando uma obra que estava sendo feita no banhado e que parece que a obra, ela é limítrofe da apa do banhado. Diz não ter contado, exatamente, quantas árvores foram suprimidas, mas a princípio, parece que 30. Estava fotografando, a pedido

de alguns moradores do banhado, porque, na obra, não tem placa o que está sendo feita. Disse ouvir o secretário falar que tem regras, pergunta como que funciona. Porque tem uma obra sendo feita, terraplanagem tem nascente embaixo e a terra cobriu. Lucas menciona que há mais de três anos, na Praça das Bandeiras até hoje, não teve uma resposta da compensação ambiental de 325 árvores. Tem o projeto nascente e ali no banhado tem água que é potável, as pessoas usam daquela água. Teles pergunta se a obra é particular ou pública e Lucas responde que é particular. Teles responde que está discutindo, na verdade, a composição das câmaras técnicas, mas, de qualquer forma, para não perder o comentário feito, passa a palavra para Juarez, se manifestar, e depois dá continuidade a discussão da câmara técnica. Juarez cumprimenta a todos e responde a Lucas que já tem conhecimento e está acompanhando essa demanda. Juarez coloca na tela imagens via satélite a respeito da movimentação de terra que não está dentro do banhado, está fora da APA, no encosto. E, segundo o zoneamento, é permitido que se faça ali algum tipo de construção, respeitando o plano diretor. Com relação à vegetação, entendemos que foi suprimida e teve até um ganho ambiental, porque são 45 leucenas. Até para impedir que essa leucenas espalhem as sementes no banhado, levantamos e foi suprimida uma árvore nativa e 45 leucenas. São 42 indivíduos, que eles solicitaram autorização à prefeitura. A obra foi embargada até que fosse conferida toda documentação. Isso foi feito a pedido do conselheiro Ricardo Ló, durante a semana. Teles agradece a Juarez e dá continuidade falando a respeito da câmara técnica, para esclarecer que o Regimento Interno do Comam foi revisto. Foi discutida a questão da câmara técnica o qual tinha muitos componentes e decidiu-se por reduzir no máximo, seis componentes, seis conselheiros. Convencionou-se que três conselheiros seriam indicados pelo Poder Público e três conselheiros indicados pela sociedade civil. E caso o Lucas,

deseje participar de alguma câmara técnica, é uma questão de entrar em um acordo com a sociedade civil, verificar se ela abre mão de alguma participação, em alguma câmara técnica, para que ele possa participar. Porque a preferência seria dos conselheiros do Comam. Mas é possível a participação de qualquer outro munícipe, desde que a sociedade civil entenda plausível, cabível naquela câmara técnica. Com relação à Câmara de Arborização, a Andrea comentou que será agendado um dia para se reunir e definição do coordenador. Com relação à câmara de resíduos sólidos, foi encaminhado pela Marisa e-mail e logo devemos ter uma resposta. O conselho gestor já fez reunião esse ano e conforme conversado com o Manara, vamos criar um calendário, uma periodicidade de reuniões. Talvez, mensal ou bimestral para acompanhamento do fundo. Agora, que está sendo feitos editais destinados a financiamento de projetos da sociedade civil, achamos que é importante essa frequência de reunião. Recentemente, foi criada uma câmara técnica de energias renováveis, mas ainda, não está, completamente, composta. Há mais interessados do que o número de vagas. Teles abre a palavra para Lincoln e, após, se alguém quiser comentar sobre as câmaras técnicas podem se manifestar, Lincoln cumprimenta a todos e inicia falando sobre o assunto do banhado, que vai me levar ao assunto da câmara técnica. Comenta que encontrou um morador do banhado na prefeitura por um acaso, que foi solicitar uma certidão de zoneamento, para utilizar a propriedade dele. A propriedade dele está na concha do banhado e o zoneamento disse que a área está em uma zona de proteção. A propriedade está na apa do banhado, na zona de proteção ambiental. Ele falou que, com isso, há uma incidência de IPTU e não pode utilizar a propriedade sequer para uso agrícola, cultivo de orgânicos, por exemplo, que é o pretendido, porque ele está na apa. Lincoln concorda que realmente é uma unidade de conversação do banhado, efetivamente. Ele acredita que o Comam tem que voltar a discutir, que é a

criação do parque do banhado. Isso está vindo de administrações e mais administrações e as coisas não andam. Primeiro, um fato específico da pessoa não poder utilizar o banhado, mas, ao mesmo tempo, tem incidência de IPTU e, ao mesmo tempo, tem um parque de papel que não é feito. Lincoln acha que está errado de cobrar IPTU, de não o deixar produzir. Sugere pela criação de uma câmara técnica para unidades de conservação. Já que temos um conselho gestor do Parque Augusto Rusk, é importante uma interface com o Comam. Há pouco tempo foi pleiteado, inclusive, verbas para o parque, dentro dos projetos contemplados no edital. Temos um desenho que se avizinha de um parque do cerrado, não é pequeno, é um parque em um lugar superinteressante, na zona sul, que vai se destinar, a educação ambiental, se é proteção integral ou assim por diante. E em São Francisco Xavier, existe também um conselho gestor, importante uma interface com o Comam. Acredita que é uma câmara técnica que reavivaria essa questão das unidades de conservação que, de alguma maneira, umas andam mais lentas, outras nem andam. Para que o Comam possa, nas suas reuniões, também ter uma divulgação, por meio dessa câmara técnica, do andamento que está sendo feito dessas unidades de conservação. Muito importante, principalmente, para que possamos reestabelecer essa questão de um plano gestor, para o banhado, e da constituição também, que é necessário, de um próprio conselho gestor para o parque do banhado, assim como tem o Augusto Rusk, tem em São Francisco, poderá ter no cerrado, é preciso também ter um banhado. Então, essa questão específica de uma pessoa que mora no banhado, tem um cultivo de orgânicos, mas além de não ser permitido o cultivo de orgânicos, ele tem uma imposição de IPTU. Lincoln sugere a necessidade, a urgência da criação de uma câmara técnica para discutir, entre outros assuntos, o banhado que, passa ano, entra ano, a coisa fica só no papel. Teles pergunta aos conselheiros se pode deliberar sobre a proposta do Lincoln? Se diz totalmente favorável a criação imediata

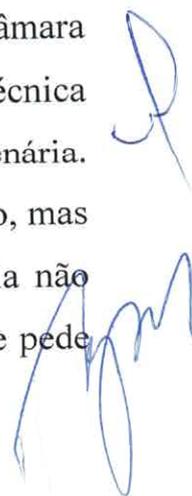


dessa câmara técnica de unidades de conservação e para que possamos desmembrar melhor e trabalhar com a celeridade necessária. Lincoln sugere que Teles pergunte aos membros da plenária, se concordam com a criação da câmara técnica. Se, concordando com a câmara técnica, poderia mandar encaminhar email sugerindo, nomes para essa câmara técnica. Na próxima reunião, assim como deverá ser feita para energias renováveis. Com a palavra Jeferson que cumprimenta a todos, parabeniza Lincoln pela iniciativa, até porque o banhado é sobreposto, são duas unidades de uso integral, que é o parque municipal, e temos a apa do banhado que está sendo pago IPTU pelo proprietário, como outros que existem ali. Então, 100% da sua proposta, contem, meu total apoio também e parabéns. Teles agradece Jeferson, Lincoln e Ricardo. Acha saudável a criação da câmara técnica, e sugere fazer-nos mesmos moldes que foram criados a câmara técnica de energias renováveis com a votação e deliberação no Comam, posteriormente, abre-se espaço para a sociedade civil encaminhar e-mails manifestando interesse em participar da câmara técnica. Caso o número de participantes extrapole o número de três, a sociedade civil decide quem vai fazer parte da câmara técnica. Teles pergunta aos conselheiros se alguém é contra a criação da câmara técnica? Nenhum voto contrário. Então fica criada a câmara técnica de unidades de conservação e aguardaremos, nos próximos dias, o encaminhamento do e-mail para Marisa, a secretária executiva do Comam, acerca da manifestação de interesse de participar. Andrea sugere que conceda um prazo de 15 dias, para que haja uma manifestação dos nomes interessados e, na próxima reunião do Comam, se delibere, inclusive, com os nomes, obviamente, com um cronograma de trabalho entre os membros. Lembrando que são três membros da sociedade civil e três do Poder Público. Ricardo acredita ser interessante com relação à câmara técnica convidar algum representante do Inpe, pelo assessoramento e acredita pelo trabalho e contribuição para essa câmara.

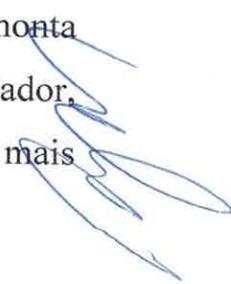
Teles responde a Ricardo que vai deixar esse papel para a sociedade civil, caso ela entenda interessante, realmente, a participação do Inpe, como ele não faz parte do Comam, vocês podem indicar o nome do Inpe. No município temos alguns projetos, como o próprio programa observa, que também faz o monitoramento da área. Mas fica em aberto, se a sociedade civil, entender que é interessante a participação do Inpe, fiquem à vontade para convidá-los. Com a palavra Lincoln quer fazer um rápido informe sobre a câmara técnica de energias renováveis, que já trocou alguns e-mails, até o momento, além dele, tem o Jeferson Rocha, Luís Barreti, Ricardo Law, e também, essa é uma possibilidade da Luciana Gatti, que não faz parte do Comam, mas tem interesse de integrar as discussões do tema, também compor. O exemplo do que foi feito na câmara técnica de arborização, trabalhamos com suplência, acha viável fazer o mesmo com a câmara técnica de energias renováveis, para permitir que mais pessoas participem o que eu acho uma coisa positiva. Teles responde que depende, realmente, do que a câmara técnica vai definir como sendo interessante, ou não. Se a câmara técnica entender que é interessante à participação de outros componentes, é plenamente possível isso ocorrer. Inclusive, mesmo contendo apenas seis membros, a câmara técnica pode convidar especialistas, outros participantes, nenhum problema algum com relação a isso. Com a palavra Fabiano que esclarece que tem uma experiência bem interessante com as temáticas, que funciona na mesma linha dos nossos trabalhos. Ela existe há um tempo tem objetivo, foi criada temas e subtemas tem um prazo para discutir aquela matéria. O próprio regimento interno, no artigo quinto, como eu compartilhei com alguns conselheiros, viabiliza e cria a legitimidade para não conselheiros, a partir do momento que a câmara social aprova, participe com legitimidade, que é o caso da doutora Luciana. Então, nós temos esses artifícios. Com a palavra Lincoln que responde ao Fabiano que precisamos ter um número coeso, senão, não



flui, vira uma plenária e não evolui. A câmara técnica tem um número limitado de pessoas, que é para se concentrar no assunto. Vamos supor que ela vai falar de produção de energia solar em São José dos Campos, ela traga um ou dois ou três ou mais especialistas para focar naquele documento ou naquela temática. Então, ela dá publicidade a cada reunião do Comam. Temos que tomar cuidado para não ser uma câmara técnica que vai participar 300 pessoas, e aí, não evolui. Cita como exemplo o Bosque da Betânia, que teve uma câmara técnica que funcionou durante muito tempo para definir, ela era uma câmara técnica com membros, recebia os documentos, recebia todas as reivindicações, ela, eventualmente, trazia questões de fora. Mas é perigoso fazer uma câmara técnica em uma reunião com 10, 15 pessoas, ou até mais, porque ela acaba não sendo produtiva. Então, é importante, sim, que ela seja democrática, que ela possa ter a participação da sociedade civil. Mas se ela não tiver uma coesão entre os seus membros para focar, e receber essas informações de fora, compartilhar essas informações para fora, mas ela ter um modus operandi, ela acaba, por vários interesses, formando uma grande câmara técnica e você vai dar ouvido e debate para outras pessoas que não são da câmara técnica e as reuniões não se produzem. Então, por uma experiência de outros conselhos que eu já participei, de outros comitês, a câmara técnica, ou ela se concentra entre os membros, ela deixa se permear por uma série de questões, até da sociedade civil, ou a dinâmica dela não evolui, mas com um nível de organização em que a câmara possa produzir. Se não virar palco de debate, não evolui, e não chega ao que ela interessa, que é câmara técnica. Ou seja, para ela ser técnica e produzir uma documentação técnica que, depois, vai ter uma discussão política e social, que é na plenária. Plenária não precisa ser técnica, ela pode ter outros tipos de discussão, mas a câmara tem que ter um perfil estritamente técnico, sob pena dela não evoluir com as temáticas. Com a palavra a conselheira Fernanda que pede



desculpas pelo atraso e gostaria de falar sobre a câmara técnica de resíduos sólidos, que chamou uma reunião, se colocou à disposição, inclusive, para presidir, ou, pelo menos, para iniciar as reuniões da câmara técnica de resíduos e que chamasse uma votação da presidência. Infelizmente, não obteve retorno, mas acha que é porque não responderam por que foi chamado por ela e não pelo Comam. Mas que gostaria de iniciar os trabalhos da câmara técnica de resíduos sólidos e arborização e dar continuidade, principalmente, a de resíduos sólidos. Aproveita o espaço da plenária para agendar a reunião da câmara técnica de resíduos sólidos para próxima semana ou para outra, no máximo. E se, eventualmente, o meu nome não tiver de acordo com todos para ficar como presidente, que se faça uma votação. Acredita ser importante, começar os trabalhos. Teles lembra que houve uma polêmica com relação ao nome da câmara técnica de energias renováveis e propõe agendar as reuniões dessas câmaras. Com a palavra Lincoln acredita que não vai falar só de energia renovável, mas se debruçar sobre várias outras fontes de energia. Sugere definir uma reunião periódica, um horário tanto para de arborização, resíduos sólidos, de repente, definir, a última quinta do mês, primeira terça do mês, enfim, para todo mundo se organizar e não ter que ficar aquela loucura de buscar a data a cada novo encontro. Teles informa que existem outros temas na pauta e sugere que a câmara técnica seja composta por seis membros: três do Poder Público, três da sociedade civil. A sociedade civil, se ela entender necessário, ela pode indicar membros que não façam parte do Comam. Uma sugestão é de se iniciar a reunião falando o seu e-mail, que foi encaminhado, sugerindo o início da câmara técnica, cada membro da câmara técnica encaminhar o telefone celular para Marisa. Vamos criar um grupo de WhatsApp para cada câmara técnica. Cada câmara técnica monta o seu grupo, conversam entre si. Organizam-se para definir coordenador, agendar reuniões, discutir os assuntos. Eu acho que é uma forma mais



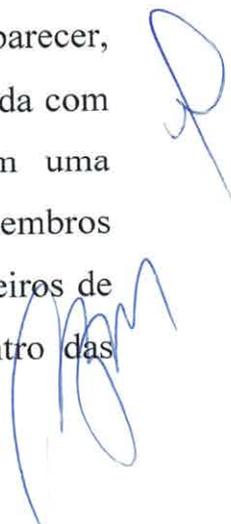
organizada da gente tratar as câmaras técnicas. Com a palavra Lincoln que informa que tem funcionado bem no conselho gestor do Parque Augusto Rusk. Inclusive porque, lá no parque, tem câmaras técnicas no conselho gestor. Isso tem funcionado, as câmaras técnicas têm se reunido usando instrumento do WhatsApp. Com seis pessoas fica fácil agendar reuniões. Teles informa que a Fernanda está se colocando como coordenadora da câmara de resíduos sólidos, pergunta se não há objeção por parte da plenária, que ela já pudesse fazer não só as provocações aos demais, como também já sugerir uma agenda. Ela está se colocando como coordenadora e, se não houver objeção dos demais na plenária, já se faz esse modus operandi. Com a palavra Jeferson que acha que seria interessante, nesse momento, fazer um resgate. Enviar para os nossos conselheiros quantas câmaras técnicas temos, quem está participando. Só para dar uma atualizada, acredita que já flui melhor. Teles responde que será encaminhada essa informação por e-mail com o balanço de todos os participantes. Teles sugere a organização por meio de e-mail, será criado o grupo no whatsapp, e iniciam-se os trabalhos com a definição do coordenador. Teles informa que acaba de receber um documento da vereadora Amélia Naomi. Pergunta se ela gostaria de fazer algum comentário, abre uma exceção, e a seguir retoma a questão das câmaras técnicas. Com a palavra Vereadora Amelia Naomi, que agradece e informa que protocolou junto ao Comam um ofício referente ao problema da empresa Open Gerenciamento e Soluções Ambientais, que todos devem ter visto, pela imprensa, a denúncia que saiu nacionalmente. Fez esse mesmo pedido na câmara municipal e está enviando para a comissão de meio ambiente, porque essa empresa tem sido denunciada, já faz um processo longo, e ela precisa ser fechada, urgentemente uma vez que ela está poluindo o Rio Paraíba com produtos químicos. Também vai enviar para a comissão de meio ambiente do Rio de Janeiro, que tem uma discussão

sobre o Rio Paraíba, mas solicita que o município de São José tome as providências e, urgentemente, essa empresa seja fechada. Teles responde que irá receber os documentos e encaminhar para a Seurbs tomar as providências devidas. Com a palavra Juarez que responde que já foram tomadas as providências na questão de alvará de funcionamento, foi caçado o alvará e a empresa multada. Pela informação que nos chegou, ela conseguiu uma liminar na justiça aqui, em São José, para continuar funcionando. Amélia acredita que a juíza foi induzida a erro. Mas, independente do processo judicial, pede que o município tenha o poder de, inclusive, fechar essa empresa. Juarez continua explicando que é uma empresa de tratamento de efluentes. Ela recebe diversos efluentes, faz um tratamento, mas parece que ela não estava seguindo os padrões legais para poder atuar da forma como deveria estar atuando naquele local, lançando no Rio Paraíba sem o devido tratamento. Então, me parece que eles estavam trabalhando fora da norma exigida pelos padrões da Cetesb. Com a palavra Ricardo que solicita a Amélia que traga alguém da Câmara Municipal para falar da implantação das placas fotovoltaicas na Câmara Municipal. Eu gostaria muito que você trouxesse alguém para informar o Comam, porque a prefeitura também tem essas intenções, também no paço municipal. Teles retoma a reunião e sugere fechar a questão da câmara técnica de energias renováveis, onde demonstrou interesse na participação, os conselheiros Ricardo, Fabiano, Jeferson do IEPA, Gustavo Bahia da Sabesp, a doutora Fernanda da OAB e a doutora Luciana do Inpe. Pede que se organizem para ocupar as três vagas da sociedade civil e posteriormente, vai indicar três nomes do Poder Público para participar dessa câmara técnica. Ricardo defende seu nome para participar dessa câmara técnica, em virtude da sua experiência acadêmica na área, informa que fez algumas disciplinas de doutorado em Portugal, na universidade de Aveiro, de Energias Renováveis, também ministrou na UNIP, de São José, a disciplina

Energias Renováveis e Não Renováveis. Propõe o nome que seja câmara técnica de energias renováveis. Com a palavra doutora Fernanda se manifesta abrindo mão da sua participação e sugere o nome da doutora Luciana. Caso haja necessidade de votação em plenário, ela gostaria que fosse, de forma imediata, até mesmo para assegurar se ela vai participar. Eu acredito que ela tenha muito a dar também, além das outras pessoas. Mas gostaria que fosse definido o objetivo da câmara técnica. Com a palavra Ricardo que sugeriu o nome da professora, da cientista Luciana Gatti, exatamente, em função da experiência, do conhecimento que ela tem, dentro da instituição que ela trabalha, que é o Inpe. Ricardo responde a Fernanda que o objetivo dessa câmara técnica de energias renováveis e não renováveis é discutir as possibilidades mais viáveis para poder fazer frente a essa crise energética que estamos vivendo, no caso, é nacional, mas, principalmente, aqui, no Vale do Paraíba. O que podemos fazer com relação à geração de energia, principalmente, renováveis, aqui, no Vale do Paraíba, seria o objetivo maior para se ter um norte, um foco maior e concentrar atenção, porque esse assunto é muito vasto e complexo. Ele é multidisciplinar, inclusive, embora não sendo engenheiro da área, explica que estudou bastante e vê como algo que é muito importante termos esse norte do que nós pretendemos fazer, do que nós podemos fazer em uma câmara técnica, em curto prazo. Lógico, em um sentido de propor à prefeitura, à sociedade, o que nós vemos como mais possível, o mais necessário nos próximos anos, aqui para São José, Vale do Paraíba e quiçá, Brasil. Teles agradece Ricardo e sugere definir quais são os membros que irão compor a câmara técnica e que a doutora Luciana seria uma especialista convidada, mas como membro da câmara técnica, o regimento entende que no máximo, seis participantes. Com a palavra Fabiano Porto, que manifesta interesse em participar da câmara técnica, pois trouxe a ideia e se coloca à disposição. A energia é um tema que originou o Instituto

Regeneração Global, desde quando atuou com a ONG Nicolas Tea, que tem se debruçado muito sobre esse tema. Mas sabe que vai haver pessoas mais especialistas das áreas técnicas em relação a isso. Mas acredita que pela multidisciplinariedade que o tema tem que ele envolve muito mais do que os aspectos técnicos, se sente preparado para fazer parte e contribuir, inclusive, se coloca à disposição para ser o coordenador dessa câmara técnica, pois já tem iniciado diversas articulações com entes políticos e privados, para avançar em temáticas interessantes, relacionadas à segurança energética, aqui do nosso município e que está à disposição para somar e contribuir nessa câmara. Ricardo informa que falou com Gustavo Bahia para que participe da câmara técnica em virtude de que a Sabesp tem feito com relação à geração de energia, pelo tratamento de esgoto e pensa que a Sabesp não poderia ficar fora, mas que ele abriu mão em função da cientista Luciana. Teles sugere já votar e definir quem vai fazer parte dessa câmara técnica ou concede mais uma ou duas semanas para que a sociedade civil se entenda e indique três nomes. Com a palavra Fabiana da Acomvap pergunta quem a doutora Luciana, que tão querendo colocar na câmara técnica e Ricardo responde que é uma cientista do Inpe, tem conhecimento, e trabalha com relação às mudanças climáticas, tem participado de discussão de geração de energia em São José, nos últimos meses. E ela se colocou à disposição para participar e contribuir para essa câmara técnica. Fabiana opina que as vagas para as câmaras técnicas são para os membros do COMAM, e que acha prioritário dar a vaga aos membros do Comam. Que essa cientista, eventualmente, poderia participar como uma convidada, no sentido de agregar algum conhecimento. Porque acaba não sendo justo um membro do Comam querer participar ser preterido por uma pessoa que vem de fora. Eu acho que chega a ser injusto, às vezes, com esse membro do Comam, que está ali, da sociedade civil, ele não é um cientista especializado, graduado, mas é uma pessoa que vai

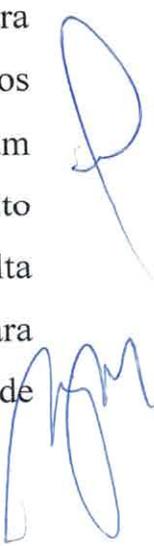
cumprir com a função até de educação ambiental ou de disseminação desse conceito da energia renovável em uma sociedade ou para o grupo que ele representa. Fabiano pede a palavra para corroborar o que Fabiana falou sobre a participação de uma cientista que está disposta a participar, mas acha que temos competência dentro do Comam de conduzir os trabalhos e convidar cientistas especialistas da nossa região para vir somar, contribuir e vir aumentar o foro técnico de todas as discussões. Então, eu corroboro com essa questão de que os membros do Comam interessados poderiam fazer parte em prioridade, mas, reitera que é extremamente a favor de convidar a participar inclusive, em todas as reuniões, sem problema algum, dos cientistas e especialistas interessados em se debruçar sobre o tema. Com a palavra Lincoln que elogia a doutora Luciana pela altíssima competência, foi membra do Comam, é preciso lembrar que ela representou, durante um tempo, o Inpe. Participou, conhece a dinâmica do Comam, entretanto, eu tenho dois temores. Primeiro: uma contestação de alguém que possa falar: ah, mas ela não é membro do Comam e, portanto, teve lá uma votação na câmara técnica e não poderia, ou seja, deslegitimar alguma coisa nesse sentido. Segundo, obviamente, só revisando o que o Fabiano acabou de falar. Entende que os membros do Comam têm que ter prioridade para comporem a câmara técnica e lembra que nada impede de que sejam convocados um, dois, três, quantos cientistas ou sociedade civil, ou quem quer que seja atinente àquele tema. Acredita que seria interessante priorizar que membros do conselho compusessem as câmaras técnicas e os próprios membros vão sentir a necessidade de ter um parecer, uma ajuda ou de ter um auxílio de um especialista. Lincoln concorda com as palavras da Fabiana e Fabiano, com acerto, pois fizeram uma manifestação, que eu concordo, de que deveríamos priorizar os membros do conselho e, obviamente, oxigená-lo com membros não conselheiros de acordo com a necessidade pontual para cada tema debatido dentro das



câmaras técnicas, porque as câmaras técnicas vão se debruçar sobre uma série de temáticas. Então, acredita que isso deveria ser regra e não exceção. Teles sugere uma semana ou duas para que os membros amadureçam a ideia, quanto à participação ou não da cientista e, depois, trazem uma definição para o Comam. Caso não haja essa definição, faremos uma votação na próxima reunião. Lincoln sugere que o coordenador seja um membro da prefeitura e que seja encaminhado um e-mail com a listagem das câmaras técnicas, como o Jeferson colocou quem são os membros dessas câmaras técnicas. Se tiver alguma criada com mais membros do que deveria, que possamos ter a maturidade de entre nós. E na próxima reunião do Comam, estaremos com todas as câmaras técnicas alinhadas, inclusive, com os membros já determinados também. Teles conclui informando que se não houver consenso, na próxima reunião será colocada em votação também a câmara da unidade de conservação e já faz uma definição de todas as câmaras técnicas que pode ser uma das pautas da próxima reunião. Teles segue a pauta e em resposta a solicitação feita pelo conselheiro Jeferson sobre a quantidade de ligações de luz na zona rural, em resposta a EDP nos enviou que existem 7.069 unidades cadastradas de energia elétrica. Outra questão colocada pelo Lincoln, com relação à instalação de câmaras nas mediações do Parque Natural Augusto Rusk. A Sepac, que é a responsável por esse serviço, respondeu que não há previsão ainda de instalação, mas está sob análise e vai colocar esse caso como prioridade. Lincoln lembra que o assunto abordado, numa outra ocasião o secretário solicitou a implantação da câmara para coibir, os caçadores e pessoas que passam em frente ao parque, como também, obviamente, serviria até para uma estrada, que é um dos grandes acessos para a zona rural de São José, onde serviria para a segurança do parque e para a segurança também da comunidade. Lincoln insiste para que uma câmara seja instalada, porque vai coibir uma série de degradações não só ambientais, mas também de um



aumento de criminalidade naquela região do turvo. Então, uma câmara do COI seria muito interessante para pegar caçadores, bandidos e afins. Teles responde que o próprio Juarez participou da reunião, conversou com o secretário Bruno, explicou a situação e ele ficou de analisar a possibilidade de colocar uma câmara. Continuando a pauta com a palavra Juarez do departamento gestão ambiental apresenta imagens do Parque do Cerrado, Pedro Segundo, em direção ao Interlagos. É uma imagem da localização do Parque do Cerrado, uma imagem mais focada da Unidade de Conservação. Lembra que foi aberto um processo em julho do ano de 2020, a criação do Parque do Cerrado. Encerramos no dia oito de dezembro de 2020, mesmo, com o ok da Cetesb, em São José dos Campos. As etapas que nós nos encontramos, agora, para a criação desta unidade de conservação, primeiramente, foi aberto o processo interno na prefeitura com os procedimentos, as orientações para criação da unidade de conservação. Aliás, antes disso, teve todo um trâmite de laudos, procedimentos junto a outras secretarias da prefeitura, até chegar à recepção da área. Foram feitas essas avaliações para a criação da unidade de conservação. Na verdade, existia essa demanda para que nós tivéssemos uma área de preservação do Cerrado, na região sul. Ficou acordado, então, que o tipo da unidade de conservação seria na categoria de parque, aliás, é o primeiro parque municipal que se tem notícia, de preservação do cerrado como unidade de conservação. Foram feitos alguns estudos técnicos, a legislação permite que sejam feitos estudos parciais, porque é complexo e não daria tempo para fazer um estudo muito detalhado, pelo tempo, mas foram realizados estudos parciais. Foi definido o limite da unidade de conservação, que é um dos quesitos exigidos, na definição de limites. Apresenta o mapa muito bem delimitado, os procedimentos, e está sendo preparada uma consulta pública, depois uma audiência pública, que deverá acontecer na câmara municipal. E, após, finalmente, o ato de criação dessa unidade de



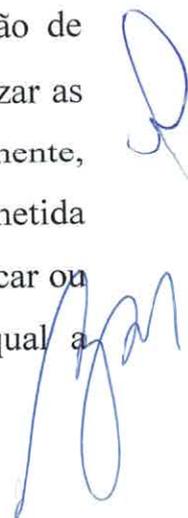
conservação. Lembrando que já tem uma lei aprovada, no início do ano passado, para criação desta unidade de conservação. Então, já tem a lei, já passou pela câmara e se tudo correr bem, dentro de 60 dias, mais ou menos, a expectativa, é que o prefeito e o secretário Manara lancem, o parque do Cerrado como unidade de conservação municipal. Uma colocação importante que o Lincoln fez, sobre as unidades de conservação ter esse apoio do Comam, inclusive, para gerir os planos gestores dessas unidades de conservação, plano de manejo, para que a gente não fique com essa situação que o Lincoln também colocou, inclusive, para quem está dentro ou pra quem está ao lado, como é o caso da zona de amortecimento, que nós vamos ter que conversar e poder estipular porque ela está colocada numa área urbana. Lincoln lembra que a cerca de dez anos atrás, em uma discussão sobre a Lei de Zoneamento de 2010, um canal de tv estava filmando e foi com mais algumas pessoas, para dar uma entrevista e tinha um moleque que ficava rodeando as câmaras. A câmera foi desligada e perguntamos para o garoto do que ele achava de se criar um loteamento novo naquele lugar. Ele respondeu que era muito melhor ter um bairro novo no local. Lincoln então perguntou se ele não gosta da mata, se ele não achava bonita? Ele respondeu que não, que no local é lugar de carrapato e de gente morta. Lincoln fala com pesar, pois é joseense de nascimento, e que o fundo da zona sul é um lugar maravilhoso. Quando deu um nome para São José dos Campos do Cerrado, que ali é um cerrado rupestre, muito mais como cerrado de minas do que com o cerrado paulista, e tem uma importância muito grande, quando é um lugar de reposição de aquíferos, todo mundo sabe que o solo de cerrado é altamente permeável. No local vai ser um cerrado muito mais emblemático, no sentido de educação ambiental do que, propriamente, uma preservação. Porque são terrenos grandes ainda, mas com resquício pequeno do que, um dia, foi o cerrado de São José dos Campos. Lincoln verificou que vários proprietários locais

colocaram 20% de sua propriedade rural destinada para a reserva legal. Vários desses proprietários destinaram a sua reserva legal no entorno do que se classifica o parque do cerrado. Acredita que seria importante fazer um levantamento junto à secretaria do estado, para verificar se há nessa zona tampão, nessa zona de amortecimento, as reservas legais, inseridas no cadastro ambiental rural, para que possamos criar um parque, mas também criar todo um entorno protetivo. Sabe-se que a zona sul tem um metro quadrado de muito valor, é uma zona de expansão, não podemos evitar que isso aconteça, mas o que puder preservar dessa mancha do cerrado, seria muito saudável. Há uma discussão de uma câmara técnica, para que a gente possa se debruçar um pouco mais essas questões, depois, criar um próprio conselho gestor do parque do cerrado, assim como a gente tem no Parque Augusto Rusk, que tem lá em São Francisco Xavier e, por ventura, um dia, terá também no banhado. Lincoln finaliza parabenizando a prefeitura por, finalmente, tirar do papel o Parque do Cerrado. Juarez elogia Lincoln pela colocação e informa que a unidade de conservação municipal, aquelas que ainda não têm plano de manejo, e que aquelas imagens da apresentação são da Maiara, que trabalha com a gente, na Seurbs, que produziu e fez todo esse trabalho com os satélites e a Bruna, que é responsável por fazer o receptivo do parque do cerrado, um projeto muito bonito. Além da beleza natural, da vegetação do cerrado, tem essa questão do receptivo que a pretensão é que fique pronto a tempo. A área do Parque do Cerrado é de 30 hectares e já em fase de negociação com mais 42 hectares, mais 15 no meio que vai somar 87, e mais outra parte, de um remanescente de um empreendimento nas APPs que, provavelmente, vai passar dos 100 hectares, se tudo der certo nessa empreitada que estamos fazendo. Praticamente, quase encerrado, Juarez informa que num outro município em outro estado do Brasil, foi criada uma unidade de conservação com apenas, 30.000 metros quadrados, três hectares. Fizeram uma festa no

município. Sabe-se que no local tem uma fauna muito interessante, uma flora a ser preservada e descoberta, no interior desse parque do cerrado. Teles dá continuidade à pauta, em resposta a Ricardo Law que solicitou informações sobre a compensação ambiental das árvores da ponte estaiada. Juarez com a palavra, responde que foi feito o acompanhamento da finalização do arco da inovação, através de fotos apresenta as compensações feitas com a vistoria da Cetesb, no arco da inovação. Colocamos junto ao COMAM que as compensações deveriam ser feitas próximas do local onde ocorreu a intervenção. Então, aproveitamos as alças, as borboletas do anel viário, para poder fazer os plantios compensatórios. Podemos ver as mudas que foram plantadas conforme imagens do mesmo local, o gramado, que foi pedido para evitar carreamento de material particular para o leito do rio. Ao longo do curso d'água também foram plantadas, dos dois lados, uma carreira enorme de ipês, que ficará muito bonito quando florirem. Nas imediações do anel viário até próximo ao thermas do vale, encontra-se com outro reflorestamento que já foi feito. Respondendo ao Ricardo, a Cetesb tem acompanhado as medidas compensatórias do arco que foram feitos e executados o plantio e a grande maioria próximo do arco da inovação. Ricardo agradece a apresentação e pede que ocorra periodicamente em função das compensações ambientais, inclusive, essas de maior volume, para que possamos acompanhar, que quando se fala em compensação ambiental, é algo, realmente, bastante complexo, porque, exatamente, com isso, o fato da gente não saber onde está sendo feita essa compensação ambiental, desse plantio em outras áreas, que não sabemos onde ficam essas áreas. Acha interessante que, periodicamente, a prefeitura trouxesse aqui no Comam, as compensações ambientais. Juarez aproveita para informar aos membros do Comam: que, ao longo da linha verde, serão suprimidas algumas árvores. Ao longo da linha verde também, serão



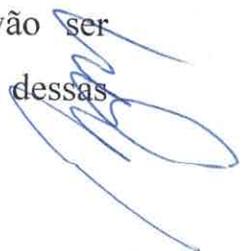
plantadas muito mais árvores do que serão suprimidas. E a compensação que a Cetesb fez de 3.547 mudas de árvores do licenciamento da linha verde, já estão contempladas no parque Santa Júlia, que é o entorno de uma nascente de um lago, que eu vou, em uma reunião futura trazer para apresentar para os membros do Comam. Quando o prefeito inaugurar a linha verde, a compensação toda da linha verde já estará feita. Informa que tem em torno de 80 processos que faz monitoramento da Cetesb, departamento de gestão ambiental da prefeitura, que nós conseguimos colocar isso em um portal único, para poder fazer o monitoramento e não estamos devendo, absolutamente, nada pra Cetesb desse processo. Exceto uma pequena obra de contenção da via Cambuí que está sendo feita, está sendo feita pela secretaria SGHO, e todos os condicionantes, inclusive, da licença de instalação da linha verde, já subimos para o site da Cetesb como medida já cumprida. Estamos aguardando análise e o retorno da Cetesb. É óbvio que temos o apoio da Semob, da SGHO, da Urbam e das outras secretarias. Nós fazemos, no Departamento de Gestão Ambiental, monitoramento e o controle dessas ações. Juarez aproveita para passar uma posição da Via Cambuí, um deles, é o parque linear, que está sendo muito bem conduzido, já foi inaugurada a primeira etapa, Teles retoma a reunião com o próximo tema da pauta, que seria o chamamento público, é mais um informe, e que vai passar rapidamente. Na semana passada, na última reunião, foi feita a hierarquização das entidades, e a obra social Celio Lemos ficou em primeiro lugar, em segundo lugar ficou a FVE, a Univap. A intenção era de iniciar um novo edital, mas houve a interposição de recursos, então, vamos seguir o mesmo procedimento, para hierarquizar as entidades. O recurso foi submetido à comissão de seleção, posteriormente, será submetido ao conselho gestor dos fundos e, por último, será submetida à plenária do Comam. Provavelmente, na próxima reunião, para ratificar ou não a decisão do conselho gestor. Doutora Fernanda pergunta qual a



entidade de recorreu e Teles responde que foi a que apresentou um projeto voltado ao Lobo Guará. Ele ficou em quarto lugar, fez alguns questionamentos, entende que se sentiu prejudicado pela votação, pela metodologia, dentre outros questionamentos. A comissão de seleção fará uma primeira análise e vai seguir o mesmo caminho que seguiu a hierarquização das entidades. Doutora Fernanda informa que leu todos os projetos, mas se debruçou mais nos projetos que mais gostou, leu mais de uma vez e deixou bem claro que gostaria de mais tempo para ler os projetos. Porque, realmente, dez dias foi pouco para ler tudo. Acredita que os membros do Comam tenham lido também os projetos, eles não eram lá, absurdamente grandes. Teles esclarece que na verdade, esse edital, foi um primeiro não tínhamos experiência nesse modelo, deixando para a plenária do Comam, decidir quem seriam os vencedores. Eu acredito que muita coisa pode ser melhorada no próximo edital. Uma proposta que temos, seria que as entidades participantes com uma data pré-agendada, apresentasse os projetos para o Comam. Então, além da disponibilização dos projetos, ainda teria um dia disponível, para que as entidades, durante cinco, dez minutos, apresentassem os seus próprios projetos antes da votação. Acredita que seja interessante para o próximo edital, que acompanhou o julgamento, as reuniões, foram várias reuniões que a comissão de seleção fez. E ele surpreendeu com a quantidade e qualidade dos projetos. A comissão chegou à conclusão que o valor disponibilizado foi baixo, diante da quantidade de projetos apresentados. Por isso que motivou a fazer um segundo edital tão, assim que possível. Teles segue para o próximo tema com respeito às construções sustentáveis da linha verde, e passa a palavra para Bruna, fazer uma apresentação sobre esse tema. Com a palavra arquiteta Bruna Leite, da divisão de planejamento urbano e projetos especiais, da Seurbs, que junto com o engenheiro Vladimir, da secretaria de obras vai apresentar um pouco das estratégias, tanto habilidades, que vão

ser implementadas na linha verde. Antes de tudo, frisa que, nessas estratégias, estão misturadas tanto intervenções em fase de análise, estudo de viabilidade, quanto estratégias que estão em vias de implementação. Bruna separou a apresentação em cinco eixos que, apesar de divididos, eles são transversais. É muito difícil a gente falar de uma arborização desvinculada da drenagem, mas é, somente, para facilitar o entendimento. Num quadro ela inicia dizendo que tem um código esquemático da linha verde. Talvez, nem todos conheçam o projeto, além do eixo onde vai ter o velho ipê, vamos ter as estações. Vai ser implantada a ciclovia e o passeio para pedestres ou ele vai ser ampliado, ser mais bem qualificado, onde já exista calçada. Além do eixo das estações, o transporte com o sistema viário, incremento de arborização, melhoria da drenagem urbana, e a proposta de implantação de quatro praças, que entraram no acordo de entendimento da Cetesb e, nessa negociação da linha verde, foram desapropriadas as quatro áreas que, futuramente, vão ser implantadas as praças. Iniciando pelas praças, Bruna explica que conceito dela, além de elemento sustentabilidade, busca criar uma identidade visual para a linha verde. Então, parte de equipamentos diferenciados, tanto de playground, quanto a vegetação específica para cada uma das praças. Escolha de espécies nativas, sobretudo do cerrado e da Mata atlântica. Equipamentos que promovam a acessibilidade, inclusão e diversidade. O sistema de mobilidade, que é um sistema, o eixo principal da linha verde. Então, considerando também a mobilidade desse modo suave de deslocamento para os ciclistas. É um conceito que a gente está tentando introduzir agora, que foi instituído no plano diretor, que é o elemento da drenagem sustentável, que são técnicas compensatórias estruturais para aliviar o sistema de drenagem, tanto o sistema de micro, quanto de macro drenagem no município, além de todos os benefícios ambientais que ele promove. Rapidamente Bruna fala do conceito das quatro praças propostas, com a

perímetro das quatro áreas que foram desapropriadas e a partir desse número quatro, foi pensado em um conceito das quatro estações do ano. E, além de vincular uma identidade visual ornamental, com relação à vegetação, foi pensado em atribuir a essas quatro estações do ano as fases da vida. Então, uma praça seria voltada à primeira infância, outra praça para adultos, uma praça que a gente diz que é mais meia idade, mas é uma praça de contemplação, que eu diria, associada a essa fase da vida, e uma fase para priorização de elementos que promovam reflexão, silêncio, acolhimento, meditação. Segundo elemento, as estações da linha verde vão ser feitas com sistema modular. O sistema modular é muito parecido com o que tem no hospital de retaguarda, que foi implantado. Dentre muitos benefícios, alguns deles, que é o maior controle de qualidade da construção, porque é dentro de um ambiente fabril. Então, tem todo o controle e monitoramento, diminuição do tempo de obra, redução de desperdícios, principalmente, no canteiro de obra, e otimização de processos logísticos. Tem uma coordenação e gestão de obra muito mais articulada. A Seurbs desenvolveu uma proposta que está em fase de análise, não diria uma qualificação, mas, para agregar alguns elementos de sustentabilidade a essa estação. Então, foram feitas duas propostas: uma delas é a instalação de painéis fotovoltaicos, de forma a promover uma promoção solar também e uma ventilação e a implantação de teto verde. Foram mencionados alguns dos benefícios, com a implantação do teto verde nas instalações: melhoria estético-urbana, entornos verticalizados, proteção solar, retenção de água da chuva, abrigo de pequena fauna e o conforto térmico. Os painéis fotovoltaicos, a proposta é que eles contribuam para a proteção solar e para o sombreamento e ventilação da cobertura, promovendo o conforto térmico no interior das estações. Essas propostas, ainda estão em fase de análise de viabilidade e vão ser consideradas parcialmente ou totalmente, no momento da licitação dessas



solicitações. Com relação à arborização, o Juarez, do departamento de gestão ambiental mencionou que serão feitas as compensações. Somente para frisar: no momento, foi contabilizado 178 supressões na linha verde. Nessas supressões, de 178 espécies, estão inclusos o laudo da Cetesb, então, as espécies que foram licenciadas pela Cetesb e as árvores condenadas, que estavam em vias de cair ou gerar algum risco ao pedestre. A compensação total vinculada a essas supressões gerarão 4.168 espécies, sendo que 3.547 já foram plantadas no Parque Santa Júlia, que foi a do laudo de compensação da Cetesb. 239 espécies vão ser plantadas no próprio local, no entorno imediato, através do projeto de paisagismo. Então, o número de espécies plantadas no próprio local é superior ao número total de supressões nesse eixo. O projeto de paisagismo vinculado a essas compensações teve como prioridade a criação de uma identidade visual por trecho de estação. Então, o objetivo é que, quando você está percorrendo essas estações, você consiga vincular a uma espécie de arborização específica. São espécies nativas do cerrado e da Mata Atlântica, com períodos de florescência alternados, para que todo ou a maior parte do tempo tenha florescências ao longo da linha verde. As espécies colhidas foram de médio a grande porte e foram sugeridas pela divisão de parques, e serão implantadas no final da obra da linha verde. Também teve um cuidado com a escolha do porte e o diâmetro dos caules das espécies, para que tenha menos perdas no momento de manutenção desse plantio. O eixo de drenagem é um pouco da proposta com relação às praças, que a drenagem sustentável foi mencionada e instituída no plano diretor. Ao longo da linha verde, existem alguns sistemas de micro drenagem sustentável que estão nos propósitos. No entorno das estações, vão ocorrer jardins de chuva. Eles vão contribuir com a permeabilidade do solo, vão estar rebaixados com relação ao nível do piso. Então, todo escoamento superficial que acontece nos passeios, no entorno das estações,

vai para esse jardim de chuva que, com o solo qualificado, que permita infiltração, ele vai contribuir com esse alívio do sistema de drenagem. Além disso, tem a questão ornamental e a questão da contribuição das plantas que vão ser plantadas ali, que elas tenham uma ação de fito remediação, elas tratam esse material particular da poluição difusa e devolvem uma água um pouco melhor tratada para o solo. Além disso, tem as valas de biorretenção nos canteiros viários, principalmente no primeiro trecho da linha verde, mais ao sul. Nos sistemas viários, a proposta é uma retenção da água da chuva para aliviar a vazão de pico e a pressão sobre o sistema de drenagem convencional, e estar conectada com a rede de drenagem. Depois tem a questão do piso de concreto drenante, que o Vladimir vai explicar melhor, tecnicamente, como que isso funciona e como que acontece essa instalação, mas o piso de concreto drenante, a superfície dele é porosa e permite a absorção, a infiltração de água em toda a sua superfície. Esse é um exemplo do jardim de chuva, serão instalados dois jardins de chuva em cada estação. Cada um vai ter um paisagismo específico também para criar identidade visual e a escolha das espécies, além do caráter ornamental, ela tem o caráter de ação de fito remediação, para tratar esse material particulado, para melhor infiltrar a água no solo. A vala de biorretenção, ele tem uma capacidade de retenção, de um volume muito maior de água e ela, realmente, tem uma função na microdrenagem, em uma escala maior, no sentido que ela vai absorver essa vazão de pico, vai ficar por um tempo ali, um período sempre inferior a 24 horas, para que não haja problemas sanitários e, depois, essa água vai infiltrar parcialmente e conectar com o sistema de drenagem. O piso de concreto drenante, que já explicou como que funciona a permeabilidade dele, o Vladimir também vai explicar um pouco melhor. Bruna agradece e passa a palavra para que Vladimir complemente um pouco a apresentação falando como que é a pavimentação nesse trecho da linha verde. Com a palavra Vladimir, que se



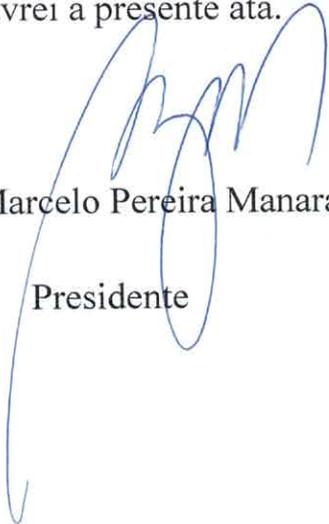
apresenta como engenheiro da secretaria de gestão habitacional e obras, na divisão de projetos especiais responsável pela fiscalização da obra. A linha verde tem 9,3 quilômetros de requalificação de vias, além de seis quilômetros de implantação de vias exclusivas. A operação dessa via vai se dar com veículos elétricos, com semáforos todos inteligentes, para priorizar o transporte público. Além disso, tem a implantação de calçadas e ciclovias ao longo de todo projeto. Hoje, está quase concluindo o mapeamento das vias, e todo ele tá utilizando de asfalto de borracha na camada final, além do ganho de qualidade, também do pavimento. A calçada drenante, que a Bruna comentou além das placas de concreto, será utilizada também uma camada de lastro que é agregado reciclado, para poder fazer o apoio desse material. Esse agregado será utilizado da própria obra das calçadas antigas que tinham irregulares e estavam quebradas. Esse material está sendo estocado para poder fazer preparação dessa base sobre as valas de biorretenção e sobre os jardins de chuva. Lembrando que contando os trechos de recapeamento que já foram feitos ao longo da obra até agora, temos, mais ou menos, 1.900 metros cúbicos aplicados que consome em torno de, mais ou menos, 10 mil pneus que já foram aplicados no recapeamento das vias. Teles agradece a Vladimir e Bruna, parabeniza ambos pelo projeto. Abre aos conselheiros para se manifestarem e avisa que tem mais cinco minutos do link e se for necessário, abre outro. Com a palavra Fabiana que parabeniza pelo projeto, lembra que foram veiculados no jornal da cultura esses dias, como exemplo de cidade que está fazendo uma inovação. Mas acha que é pouca a quantidade de mudas de árvores que serão plantadas ao longo da linha verde. Considerando que se a cada cinco metro da via plantar uma árvore, daria em torno de 1.200 mudas e está prevista 239 mudas só para ser plantadas, pergunta o porquê de não poder plantar mais? Teles passa a palavra para que Andrea responda. Andrea explica que o número de espécies que serão plantados, e que vão

continuar uma vegetação já existente e árvores que não serão cortadas, já que estão em boas condições. Então, o que cabe, no distanciamento que vai, em média, de sete a dez metros, às vezes, 15 metros entre uma árvore e outra, devido aos médio e grande porte, é o que se consegue incluir nesse trajeto. Está sendo preservadas algumas árvores adultas e vamos incluir, nos espaços existentes, aquela vegetação que vai compor esse projeto de paisagismo arbóreo da linha verde. À medida que for necessário fazer substituições ao longo do tempo, dos espécimes que forem declinando, pode ser ampliando, então, a inserção das árvores que são escolhidas para esse trecho que vai ter identidade de cada trecho da linha verde. Bruna pede a palavra para complementar o que a Andrea comentou. Tem a questão do distanciamento do sistema de infraestrutura, de um estudo que o departamento de arborização está fazendo com relação a isso, junto ao IPT. Então, temos um distanciamento mínimo para atender de sistemas de infraestrutura, mas do que se ater ao número de espécies, decidiu se ater à questão do porte arbóreo, que tem uma contribuição ecossistêmica muito superior. Teles concede a palavra a Lucas que se manifesta com relação aos números de replantio de árvores, que 13.500 espécies plantadas no Parque Santa Júlia, que tem compensação mostrada aqui, no Comam, nos últimos anos, de 30.000, 50.000 árvores plantadas. Alega não ser da área e tem procurado engenheiro agrônomo, engenheiro ambiental, florestal e alguns deles vêm com um número um pouco mais baixo, de 20 a 30%. Que recentemente, fez algumas fotos, da alça viária da vista verde que 99% das árvores elas não foram para frente, porque elas foram danificadas por roçadeiras, inclusive, algumas derrubadas, porque, às vezes, tem o trator que tá fazendo um trabalho de compactação do solo e a esteira derruba árvores. Pergunta se tem algum estudo, se tem dados se plantarmos 1.000 árvores, qual foi à perda? Com a palavra doutora Fernanda que gostaria de endossar um pouco do que o Lucas falou. Tem visto muitas árvores

amputadas na cidade é sempre uma preocupação. Informa que participou da câmara técnica de arborização, e sabe o quanto é difícil o alinhamento, de um setor com o outro, dentro da prefeitura. Acha que a prefeitura de São José dos Campos vai muito bem nisso e que outras têm essa dificuldade ainda maior, de alinhamento, entre os setores. Mas ela acredita que possa seguir com uma técnica de arborização e dar as respostas que o Lucas sempre fala: são perguntas pertinentes. Às vezes, essas pessoas se incomodam, mas a cidade se mede pelo nível de democracia e um conselho mede a democracia de uma cidade. Às vezes, as perguntas parecem incômodas, mas os munícipes gostam da cidade e querem ver a cidade cuidada. Então, quando se faz uma crítica não quer dizer que a gente esteja contra a prefeitura. O sistema está indo além do que é necessário, no sentido de amputação de árvores que estão ocorrendo, e junto e unido vamos melhorar a situação das árvores e que estamos numa época que precisa de podas, mas não precisa de amputações e que tem muita coisa para melhorar. Coma palavra Fabio, da Associação de Engenheiros e Arquitetos, informa que recentemente, teve que fazer um processo de alvará para um comércio e precisava atender vagas de garagem, que nesse comércio, específico, tem uma árvore na frente, no passeio público, que a gente não consegue atender às vagas de garagem com essa árvore. Então, pediu a supressão e o processo de supressão foi parcialmente deferido. Aprovaram a supressão da árvore, mas não no processo, no local que eu estava pedindo, que era o objeto do alvará. Aprovaram uma supressão de árvore no endereço de moradia do meu cliente e não no endereço da obra. Fabio acha que é um erro grave da secretaria e depois de um ano do processo tramitando. Teles pede que Fabio passe o número do processo para verificar o que ocorreu com relação ao comentário da Fernanda e do Lucas, eu vou passar a palavra para Andrea do Parque de Áreas Verdes, que explica que as medidas compensatórias, são reguladas e

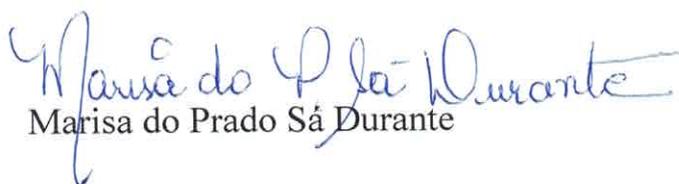
regulamentadas por resolução de nível estadual e por decreto municipal. Quando se coloca um número acima do que foi suprimido, suprime uma, planta-se em compensação 10, 25 ou 35, dependendo do caso, esse número, muito maior do que aquilo que foi suprimido é porque já é considerado que haverá perda. Não é o desejável, porém, isso foi pensado, foi estudado, justamente porque, quando se planta um reflorestamento, já é sabido que acontecem perdas. Agora, o que faz variar as perdas é o manejo que é feito. Então, quando se maneja o reflorestamento em áreas de preservação permanente, se tiver um excelente manejo, vão ter perdas muito baixas, perdas de 5%, 10%, chegando a 20. Agora, se não houver manejo adequado, você pode perder 100%, 90%. Então, essa questão de perda tá muito relacionada a manejo. Respondendo a Fernanda onde árvores são plantadas, mas elas, nem sempre se desenvolvem, elas morrem, elas são quebradas, elas são predadas em geral. Essa predação, infelizmente, se dá pelas pessoas que, às vezes, transitam pelas ruas, pelas avenidas. Então, estamos trabalhando num termo de referência que deve ser contratado, em pouco tempo, para um trabalho amplo de educação ambiental na cidade. Informa que a secretaria está fazendo a parte da gestão, melhorando os aspectos técnicos, como poda, por exemplo. Vamos também fazer um treinamento para melhorar o nível das podas, são processos que estão acontecendo, estão em andamento. Recebemos críticas de forma a rever o nosso trabalho para melhorar e bons resultados. É muito importante que o Comam abra esse debate, que a gente tenha essa câmara técnica permanente de arborização urbana, porque temos muito a fazer. Andrea passa seus esclarecimentos, mas sabe que tem muito a construir e é muito bom contar com o Comam, como parceiro e agradece as contribuições que vieram dos conselheiros. Com a palavra Ricardo Law, que em virtude da apresentação do secretário Melo, quando anunciou a linha verde, o material foi muito interessante, bem mais abrangente, dados mais técnicos a respeito

da geração de energia, dos ônibus, do tipo e quantos veículos teriam. Ou seja, uma série de informações a respeito dessa inovação tecnológica que, realmente, foi discutido bastante, aqui em São José sobre o VLP. Solicita material que o secretário Melo apresentou, na reunião do ano passado, para que tome mais detalhes, mais ciência a respeito. Teles responde que vai encaminhar a solicitação ao secretário Manara e solicitar esse material. Mais nenhuma manifestação. Nada mais a tratar Teles Eduardo Pivetta agradece a todos e encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva

